



14 Relatório
e **contas**

Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.

O Relatório e Contas da Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. foram aprovados em Assembleia-Geral de 27 de Março de 2015

HORÁRIOS DO FUNCHAL - TRANSPORTES PÚBLICOS, S.A.

Sede: Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima

Registada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal, sob o nº 03441/86.08.28

Pessoa Coletiva nº 511 026 340

Capital Social 17.500.000,00 Euros

Capital Próprio 11.979.962,09 Euros

Índice

Relatório e Contas	9
Órgãos Sociais	11
Quadros Superiores	13
Painel de Bordo	15
Resultados Líquidos Unitários	17
Relatório de Gestão	18
Contas do Exercício.....	35
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	40
1. Identificação da entidade.....	40
1.1. Designação da Entidade	40
1.2. Sede	40
1.3. Natureza da actividade	40
2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	40
2.1 Disposições gerais	40
2.2 Derrogações às disposições do SNC	41
2.3 Comparabilidade com o ano anterior.....	41
3. Principais políticas contabilísticas.....	41
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	41
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes	42
3.3 Principais estimativas e Julgamentos	52
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	55
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	55
4. Fluxos de caixa.....	55
4.1 Saldos não disponíveis, para uso	55
4.2 Desagregação de valores	56
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	56
6. Activos fixos tangíveis	56
7. Activos fixos intangíveis	60
8. Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	61
9. Participações financeiras – outros métodos.....	61
10. Activos financeiros detidos para venda	62
11. Impostos sobre o rendimento.....	62
12. Inventários	64
13. Clientes	65
14. Estado e outros entes públicos.....	66
15. Outras contas a receber.....	66

16.	Diferimentos	67
17.	Capital realizado	68
18.	Reservas legais	68
19.	Outras reservas	68
20.	Resultados transitados	68
21.	Ajustamentos em activos financeiros	69
22.	Excedentes de revalorização.....	69
23.	Outras variações no capital próprio	70
24.	Financiamentos obtidos	70
25.	Outras contas a pagar.....	72
26.	Fornecedores.....	72
27.	Vendas e serviços prestados	73
28.	Subsídios à exploração	74
29.	Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos.....	74
30.	Variação nos inventários da produção.....	75
31.	Trabalhos para a própria entidade	75
32.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	76
33.	Fornecimentos e serviços externos	77
34.	Gastos com o pessoal.....	78
35.	Outros rendimentos e ganhos	79
36.	Outros gastos e perdas	80
37.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	80
38.	Juros e gastos similares suportados	81
39.	Garantias.....	81
40.	Divulgações de partes relacionadas	82
41.	Acontecimentos após a data de balanço	83
	Anexo ao relatório do conselho de administração.....	83
	Certificação Legal de Contas.....	84
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	86

Relatório e Contas

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

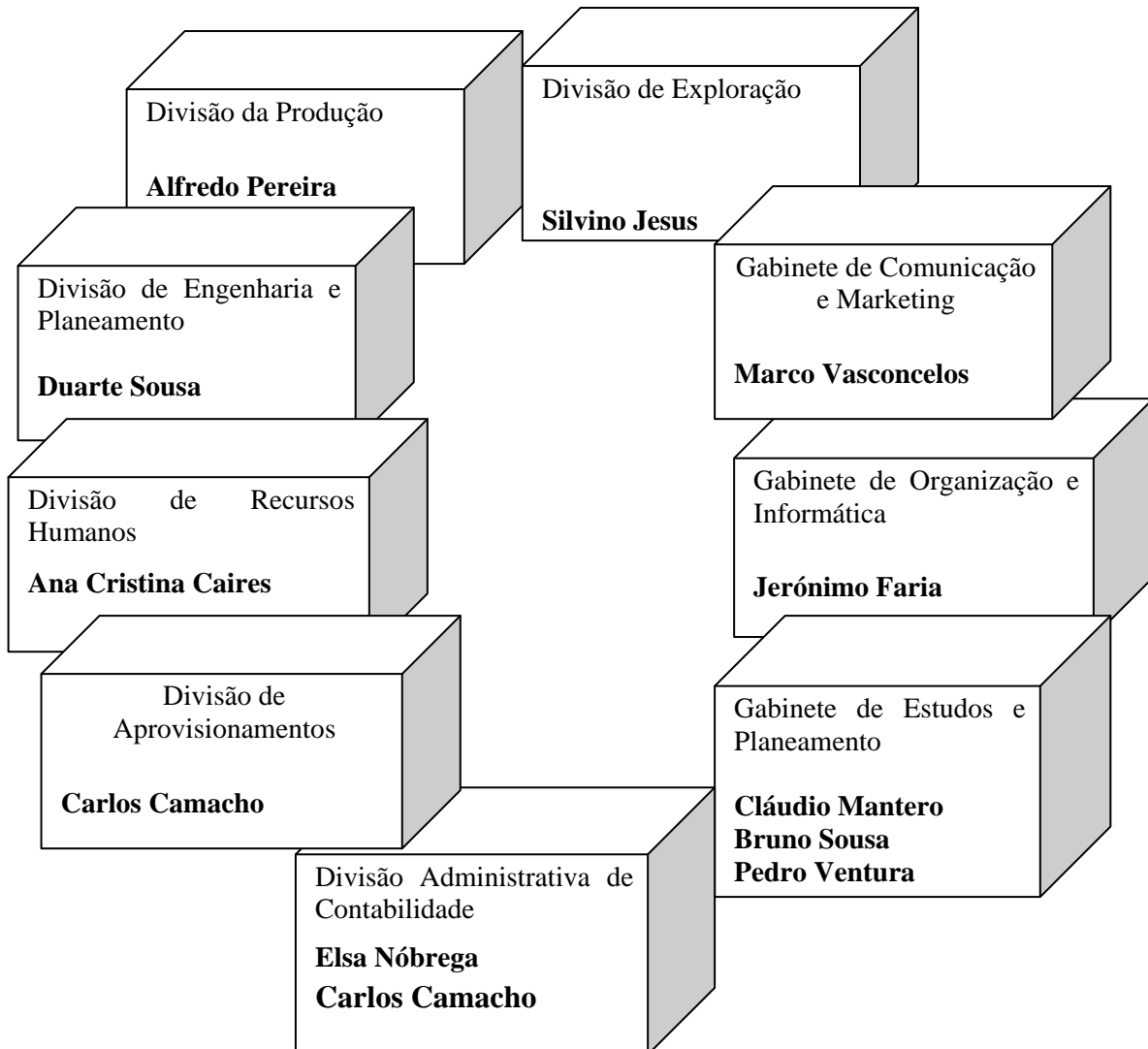
FISCAL ÚNICO

EFFECTIVO KPMG & Associados S.R.O.C. 109

(Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. nº. 632)

SUPLENTE Adelaide Maria Viegas Clare Neves – Roc. nº 862

Quadros Superiores



Painel de Bordo

4 Números			3 Indicadores		
	2014	2013		2014	2013
Viaturas	164	179			
Motoristas	260	267	Motoristas / viatura	1,59	1,49
Metalúrgicos	96	102	Metalúrgicos / viatura	0,59	0,57
Total de trabalhadores	444	484	Total trab. / viatura	2,71	2,70

O Grupo HF, apresenta os seguintes indicadores:

4 Números			3 Indicadores		
	2014	2013		2014	2013
Viaturas	264	281			
Motoristas	322	333	Motoristas / viatura	1,22	1,19
Metalúrgicos	96	102	Metalúrgicos / viatura	0,36	0,36
Total de trabalhadores	510	554	Total trab. / viatura	1,93	1,97

Estrutura de gastos e rendimentos

Matérias consumidas	2.140.073,15	9,8%	Prestações de serviços	13.523.953,98	62,8%
Gasóleo	4.874.000,12	22,3%	Vendas	419.586,90	2,0%
Forn. serv. externos	1.548.207,17	7,0%	Trabalhos p. p. empresa	678.239,64	3,1%
Gastos com pessoal	10.206.473,53	46,5%	Rend. suplementares	3.670.338,57	17,0%
Gastos de Amortização	1.900.636,64	8,7%	Subsídios à exploração	3.133.413,15	14,6%
Outros gastos	1.237.902,34	5,7%	Outros ganhos	111.099,57	0,5%
	21.907.292,95			21.536.631,81	

Resultado antes de impostos (sem equivalência patrimonial)

-370.661,14

INVESTIMENTO – 1.431.886,06 Euros

Outros indicadores

População servida	108 mil	Taxa de ocupação	15%
Nº de carreiras	61	Lotação média	77 lugares
Extensão da rede	198 km	Velocidade média	17 km/h
Total de viagens	773 916	Passageiros transportados	18 milhões
		Quilómetros percorridos	5,4 milhões

Resultados Líquidos Unitários

Demonstração do resultado por Km percorrido

Custos e perdas	2014	2013
Custos exploração / Km	3,58	3,51
Outros custos / Km	0,21	0,42
Total de Custos / Km	3,79	3,93
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Km	3,71	4,27
Outros proveitos / Km	0,02	0,18
Total de proveitos / Km	3,73	4,45
Resultado líquido / Km	-0,06	0,52

Demonstração do resultado por passageiro transportado

Custos e perdas	2014	2013
Custos exploração / Passageiro	1,17	1,17
Outros custos / Passageiro	0,07	0,14
Total de custos / Passageiro	1,24	1,31
Proveitos e ganhos		
Proveitos de exploração / Passageiro	1,21	1,42
Outros proveitos / Passageiro	0,01	0,06
Total de proveitos / Passageiro	1,22	1,48
Resultado líquido / Passageiro	-0,02	0,17

Relatório de Gestão

Senhores Acionistas

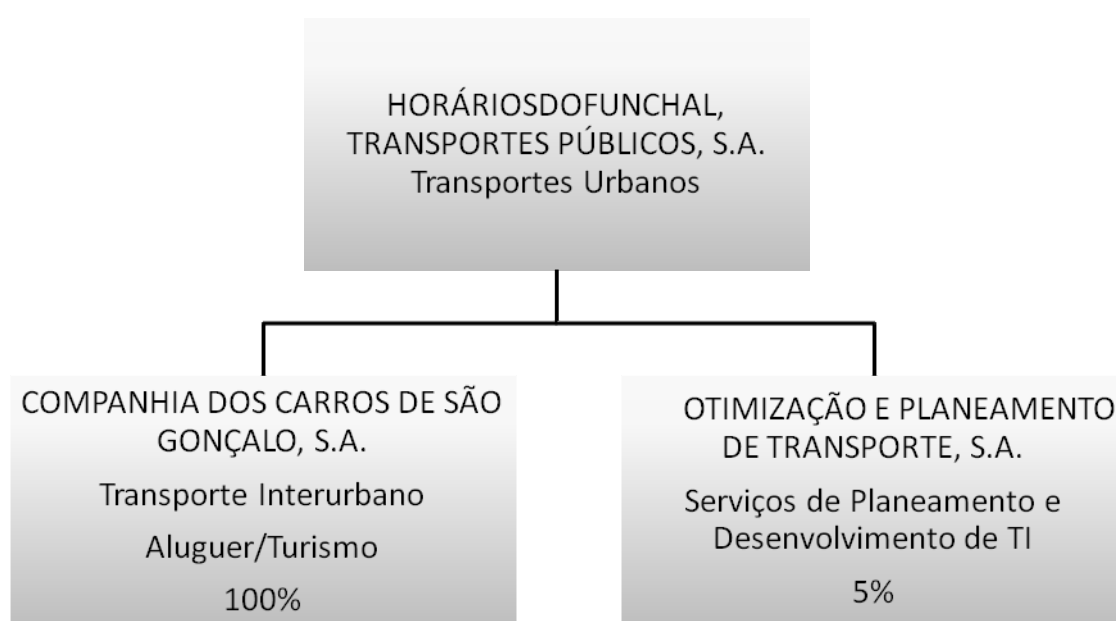
Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à vossa apreciação o Relatório e Contas da sociedade Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. seguidamente designada por HF, respeitante à atividade desenvolvida ao longo do ano de 2014.

Apresentação

A Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF), sociedade comercial por ações, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (RAM) e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. (EEM) detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.500.000,00 Euros.

Empresas Participadas

A HF detém participação social nas seguintes empresas:



ACTIVIDADE

A HF dedica-se à atividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão, em exclusivo, em circunstâncias e condições especiais, nas quais se relevam o seu espaço de atuação, na RAM-Concelho do Funchal, enfrentando uma difícil orografia, vencendo uma rede rodoviária sinuosa e complexa, e desenvolvendo uma relevante função social.

A HF, atenta à responsabilidade do serviço social que presta, procura facilitar a mobilidade de toda a população e visitantes, quando se deslocam para as suas atividades, dentro da nossa cidade, dando resposta adequada às suas necessidades, planeando a oferta de serviços de transporte, com a qualidade e segurança que lhe é reconhecida.

Portugal em 2011, atendendo à sua situação económica e financeira, solicitou assistência financeira internacional. Pelos mesmos motivos, a RAM também solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento e com o objetivo de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, assente em medidas estruturais de consolidação orçamental, foi acordado o Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) para a RAM. Para seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de forma a reduzir a despesa e aumentar a receita. Em resultado, registou-se uma grande retração da economia, com a redução do rendimento das famílias, e uma elevada taxa de desemprego, realidade esta, que contribuiu fortemente para a descida da mobilidade das populações, logo afetando a atividade da empresa.

O Plano acima referido tem como objetivo contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impõe, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento, corte nas indemnizações compensatórias e aumentos no tarifário.

Tais medidas, incluídas nos Orçamentos de Estado, e acompanhadas pelos Orçamentos da RAM para os anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, não sortiram os efeitos acima desejados, na HF, pelos seguintes factos:

- O ainda elevado custo litro/gasóleo, custo incontrolável e não refletido no tarifário, tendo implicações diretas nos gastos da empresa;
- O aumento do tarifário, na ordem dos 15% em 2012, 2,4% em 2013 e 2% em 2014 contribuiu, em parte, para uma redução significativa da procura e retração da receita;
- O aumento de 1% na Taxa do IVA dos nossos serviços, em 2012, contribuiu também negativamente nos nossos proveitos, já que o mesmo foi absorvido pelas receitas;
- A redução das indemnizações compensatórias, dos anos de 2010 a 2014, em 194 mil, 398 mil, 817 mil, 828 mil e 754 mil euros, respectivamente, influenciaram directamente os proveitos, contribuindo para o desequilíbrio económico e financeiro da empresa;

Apesar dos reflexos desencadeados ao nível do consumo em geral, e também na utilização do transporte público, o cumprimento das normas que impuseram reduções nas remunerações e proibiram valorizações remuneratórias revelou-se positivo, permitindo a redução de custos com o pessoal e uma melhor performance dos resultados.

Nos exercícios referidos, as necessidades de tesouraria agravaram-se e todo o Passivo da empresa cresceu. Em 2013, esta situação, foi, em parte, regularizada com alienação da participação financeira na empresa Teleféricos da Madeira S.A., que veio contribuir para a aumentar o saldo de tesouraria, sendo pagos fornecedores e amortizado parte dos empréstimos bancários que estavam em fase de mora. Neste exercício como nos anteriores, a HF continuou a sentir dificuldades financeiras decorrentes da redução do montante das Indemnizações Compensatórias.

Neste exercício, verificou-se uma melhoria nos resultados operacionais. No entanto, o peso dos encargos financeiros, motivado pela restritividade do crédito, exerceu um efeito negativo no resultado final.

Tendo em consideração a necessidade de reduzir os custos e de aumentar os proveitos, foram tomadas algumas medidas das quais se destacam:

- Adaptação da oferta à procura, reajustando alguns horários e reduzindo assim o número de quilómetros percorridos, sem afetar a qualidade do serviço prestado;
- Redução do número de trabalhadores, através de acordos de cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo;
- Colocação à concorrência, através da contratação pública, da aquisição de bens e serviços, dos quais destacamos o fornecimento dos combustíveis e a carteira de seguros;
- Promoção de iniciativas direcionadas à sustentabilidade dos transportes, como abaixo se descreve:
 - Distribuição de mapas de rede com a promoção das novas ferramentas de informação;
 - Emissão de guias informativos em Inglês e Português;
 - Colocação de um painel informativo no Porto do Funchal e afixação de informação sobre os transportes públicos na Gare Marítima, com sugestão de roteiros e indicação dos locais de venda de títulos;
 - Distribuição de folhetos de roteiros turísticos;
 - Divulgação do calendário de eventos nos hotéis e no website;
 - Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa com um Guia “Descobrir a Madeira de autocarro;

- Introdução de uma nova categoria de pontos de venda “Postos Kit Turista” no site da H F;
- Colocação à venda Títulos combinados entre Funchal, rede HF, a Camacha, o Curral das Freiras e Santana e vice-versa;
- Proposta para a introdução de um novo título de transporte, multiviagens, um dia, combinado entre o serviço Urbano, Interurbano e Eco;

Neste exercício houve a necessidade de aumentar o Capital Social, em um milhão de euros, em dinheiro, para fazer face à aquisição de dois terrenos que faziam parte do espaço onde se encontra implantada a Estação da HF. Assim, em Assembleia Geral Extraordinária, de 06/08/2014, foi decidido aumentar o Capital Social em um milhão de euros, passando de 16.500.000,00 euros para 17.500.000,00 euros.

A OFERTA

A exemplo dos anos anteriores, a extensão da rede de exploração manteve-se inalterada nos 199 Km.

Foram efectuadas alterações na oferta de serviços, dando continuidade às já implementadas nos anos anteriores. Foi aplicado um novo planeamento, operacional, com ajustamentos de horários e viagens, principalmente para os fins-de-semana e feriados.

A lotação média manteve-se nos 77 lugares.

A oferta, aferida pelo indicador de Lugares/Quilómetro Oferecidos, registou uma descida de 4%, em resultado da redução do número de quilómetros úteis produzidos (- 249.944 km).

Foram realizadas 773.916 viagens menos 53.724 que no ano anterior.

A velocidade comercial, apurada foi de 16,7 Km/hora na Rede Geral e de 16,2 Km/hora na das Zonas Altas.

O total de quilómetros percorridos foi de 5.776.778, sendo menos 248.944 Km(4,1%) que no ano anterior.

O quadro seguinte resume os principais indicadores, da oferta, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2014	2013	Quant.	%
Km Úteis	5 388 055	5 595 565	- 207 510	-3,7%
Km em Vazio	388 723	430 157	- 41 434	-9,6%
Total/Km	5 776 778	6 025 722	- 248 944	-4,1%
% Km Vazios	6,73	7,14	0	-5,7%
L.M.	77	77	0	0,0%
L.K.O.	414 425 536	431 821 051	-17 395 515	-4,0%
Viagens Realizadas	773 916	827 640	- 53 724	-6,5%
Velocidade Média	16,7	16,5	0	1,2%

A PROCURA

Carreiras regulares

O número de passageiros transportados foi de 17.678.778, menos 413.132 que no ano anterior (-2,2%). Os factores que mais contribuíram para esta redução terão sido o desemprego, a emigração e a redução da população residente no Funchal.

Verificou-se uma diminuição generalizada na quantidade de títulos de transporte, com influência directa, na receita da prestação de serviços, que se apresenta da forma seguinte:

- Bilhetes -3,6%;
- Passes -3,4%;
- Outros títulos -5,8%.

Embora acima se refira uma descida em todos os conjuntos de títulos, verificamos que isso resulta da variação entre o aumento e a redução de alguns títulos, que se justifica do seguinte modo:

- Descida nos bilhetes pré-comprados, nos passes Social I., Criança, Estudante e Reformado/Pensionista;
- Subida nos bilhetes de bordo, passe Social II e nos bilhetes, multiviagem, de 1, 3, 5 e 7 dias.
- Descida no passe de 15 dias e 12 meses e um aumento no de 30 dias.

A taxa de ocupação foi de 15,2% e no ano anterior de 14,9%.

O quadro seguinte resume os principais indicadores de procura.

Indicadores	2013	2014	Variação	
			Quant.	%
P.T.	18 091 910	17 678 778	- 413 132	-2,28
P.M.	3,560	3,560	0	0,00
P.K.T.	64 381 113	62 936 450	-1 444 663	-2,24
T.O. (%)	14,91	15,19	0,28	1,88
B.T.M.	0,22	0,22	0,00	0,00

Serviço linha ECO

Foram transportados 52.343 passageiros, menos 1.828 (-3,3%) do que no ano anterior.

Serviço para pessoas com mobilidade reduzida (PMR)

Foram transportados 12.661 passageiros, mais 134 do que em 2013.

O quadro seguinte resume os principais indicadores neste serviço:

Indicadores	2013	2014	Variação	
			Quant.	%
Total de PT	12 527	12 661	134	1,1%
C. de rodas	3 594	4 526	932	25,9%
Sem c. de rodas	8 933	8 135	- 798	-8,9%
Total/ Km	85 828	84 630	-1 198	-1,4%

Serviço à chamada

Principais indicadores neste serviço, comparativamente com o ano anterior:

- Realizadas 1.831 viagens, menos 231 (-12,2 %);
- Transportados 6.337 passageiros, menos 991 (-13,5%);
- Produziram-se 10.420 km, menos 629 (-5,6%).

Rede de paragens

Foram executados os necessários trabalhos de manutenção na rede de paragens. Um serviço de execução simples, mas importante na preservação da imagem da empresa e essencial para a correta perceção e identificação dos pontos de acesso ao serviço, por parte dos motoristas e dos clientes.

Fiscalização

Foram fiscalizadas 45.972 viagens, mais 12.542 que no ano anterior, o que corresponde a 5,9 % do total das viagens realizadas.

O total de passageiros fiscalizados foi de 666.227 o que representa mais 21,6 % que no ano anterior.

Foram apenas detetadas 8 infrações, menos 36 que no ano anterior.

ACTIVIDADE OFICIAL

Frota

O número de autocarros da HF, em 31 de Dezembro, era de 164, dos quais 10 para o serviço prestado nas zonas altas, 3 para o serviço de transporte de pessoas de mobilidade reduzida (PMR) e 4 para o serviço da linha ECO, presentemente imobilizadas.

Procedeu-se ao abate de 14 viaturas, porque não se justificava a reparação/ reconstrução.

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros – 18 anos;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR) – 10 anos;
- Serviço da linha ECO – 8 anos.

A taxa de imobilização das viaturas é a seguinte:

- Serviço normal de transporte de passageiros – 17,79;
- Serviço de transporte especial de mobilidade reduzida (PMR) – 20,58;
- Serviço da linha ECO – 52,17.

Serviço oficial

As oficinas HF asseguram a manutenção das frotas do Grupo, HF, SG, da nossa parceira Carristur e prestam alguns serviços a clientes externos.

Factos mais relevante da HF:

- Manutenção preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, a HF tem um plano anual para a realização das revisões periódicas. Foram efetuadas 552 revisões, menos 68 do que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 274 inspeções, menos 75 que no ano anterior;
- Custo quilómetro/manutenção viatura foi de 0,30 euros.

Custo de manutenção/reparação

O custo das obras de manutenção/ reparação foi reduzido em cerca de 220 mil euros, conforme indicado nos quadros seguintes:

Obras	2014	2013	Variação
Materiais de armazém	1.838.668,77	1.732.338,21	106.330,56
Mão de Obra	2.850.432,28	3.211.341,23	-360.908,95
Trabalhos no Exterior	248.684,07	214.003,66	34.680,41
TOTAL	4.937.785,12	5.157.683,10	-219.897,98

Por tipo de obra:

Obras	2014	2013	Variação
Viaturas HF	2.881.483,48	2.808.585,52	72.897,96
Viaturas externas à HF	1.235.993,70	1.489.416,42	-253.422,72
Fabrico recuperação de peças	166.325,51	144.153,43	22.172,08
Reconstruções de viaturas HF	0,00	0,00	0,00
Viaturas sinistradas	65.119,16	82.516,60	-17.397,44
Instalações e equipamentos da HF	427.760,34	414.343,53	13.416,81
Tempos mortos (oficina)	161.102,93	218.667,60	-57.564,67
TOTAL	4.937.785,12	5.157.683,10	-219.897,98

O custo das obras para o exterior diminuiu 20,3%;

Peso do custo das obras por cliente:

- A SG representa 91,6%;
- A nossa parceira Carristur, representa 7 %;
- Restantes clientes, representam, 1,4%.

Foram utilizadas 150 mil horas de mão-de-obra nas reparações efectuadas na oficina, menos 65 mil horas que no ano anterior e assim distribuídas:

- Em internas, 117,5 mil horas, menos 54 mil horas;
- Em externas, 33 mil horas, menos 11 mil horas.

Combustível

- A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afetas ao serviço de transporte público foi de 3.790 mil litros, menos 154 mil litros que no ano anterior, justificando-se principalmente pela redução de 249 mil quilómetros percorridos.

- O custo com o consumo de 3.790 mil litros de gasóleo, foi de 3.750 mil euros, menos 360 mil euros que o ano anterior. Atendendo que foram percorridos 5.777 mil km em exploração e se transportou 17.679 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,65 euros por quilómetro produzido e 0,21 euros por passageiro transportado. No ano anterior foi de 0,68 e 0,23 euros respectivamente
- A média do consumo de combustível por 100 Km manteve-se estável, sendo em 2014 de 63,10 L e no ano anterior, 63,22 L.

APROVISIONAMENTOS

Artigos em Armazém

As existências em armazém, a 31 de Dezembro, são no montante de 817 mil euros, inferior ao ano anterior em 23 mil euros.

Para satisfazer as necessidades da empresa, as intervenções na área da manutenção e técnica têm de ser rápidas, eficientes e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo, e por estar distante dos grandes centros de fornecimento de peças, o armazém necessita ter maior quantidade e diversidade de artigos em stock, quando comparado com empresas do sector. Em consequência encontram-se no stock, artigos de baixa rotação, com imprevisível data de utilização, mas não obsoletos.

Assim, tal qual nos anos anteriores, utilizando o princípio da prudência, foram efectuados ajustamentos para cobrir a eventual perda de valor de mercado. O montante registado em perdas de imparidade é de 198 mil euros, menos 9 mil que no ano anterior.

Compras

Procuraram-se fontes mais adequadas de abastecimento de algumas mercadorias o que levou ao incentivo da concorrência e à maximização do custo/benefício.

O volume de compras para inventários no ano 2014 foi no montante de 6.988 mil euros menos 229 mil euros do que no ano anterior. O valor das compras de gasóleo foi de 4.846 mil euros, menos 485 mil que no ano anterior.

RECURSOS HUMANOS

Principais indicadores:

- O número de trabalhadores ao serviço, em 31 de Dezembro de 2014, era de 444 e no ano anterior de 484 trabalhadores, menos 21,26 %;

- Taxa de absentismo foi de 3,81% e de 3,16% em 2013;
- Taxa de trabalho extraordinário de 2,35% e em 2013 de 2,04%;
- Realizaram-se 302 exames médicos periódicos e 1.159 exames ocasionais;
- Registaram-se 19 acidentes de trabalho, dos quais 14 resultaram em incapacidade temporária para o trabalho. No ano anterior 13 e 7 respectivamente;
- Foram efetuados 4.536 testes de alcoolemia, dos quais 12 foram positivos;
- Foram realizados 16 cursos de formação com a participação de 468 trabalhadores.

PROJECTOS EUROPEUS

A HF continua a promover a mobilidade sustentável, económica e respeitadora do ambiente, de acordo com os objetivos da União Europeia, Portugal e RAM tendo implementado ou a implementar os seguintes projectos:

- Com vista à melhoria da informação disponibilizada aos turistas, incentivando-os a utilizar o transporte público, foi aprovada uma candidatura ao projeto SEEMORE. É um projeto do programa Intelligent Energy Europe (IEE), que conta com a participação de 8 regiões europeias. A HF é a única parceira local do projeto, lidera e coordena a implementação conjunta do consórcio. O projeto iniciou-se em 2012 e encontra-se em fase de execução;
- No âmbito dos seus próprios objetivos, fundamentalmente, de Eco Comunicação/Eco Frota/Eco Rede, a HF apresentou uma candidatura ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Projeto: Intervir+, destinado a financiar a aquisição/implementação no seu serviço urbano de 18 mini autocarros com tecnologia inovadora e menos poluente com tecnologia ecologicamente sustentável. O Projeto tem também contribuído para a prossecução de estratégias de comunicação necessárias ao sucesso das medidas CIVITAS. Em 2011, só foram adquiridas 5 viaturas de média dimensão, tendo sido subsidiadas a 85% do seu valor. O projecto terminou no final do ano de 2013, sem a aquisição das restantes viaturas. Foram submetidos os dois relatórios finais do projectos, Intervir + Mobilidade Inovadora e Intervir + Wireless Passenger Detection, e estamos a aguardar a decisão final e reembolso das despesas.

No domínio da mobilidade urbana, os projectos europeus, têm na HF um papel importante, pois constituem mecanismos indispensáveis para financiar medidas inovadoras e a promoção na área dos transportes, que garantam a sustentabilidade do sector e que permitam a convergência da Região com os exigentes parâmetros europeus no que a este domínio diz respeito. Por este facto estão a ser estudados e preparados diversos projectos no âmbito do Domínio da Competitividade e Internacionalização (“CI”) do Portugal 2020.

AMBIENTE

A HF está firmemente comprometida com a conservação e proteção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactos decorrentes da sua atividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

Diminuir o impacto decorrente do nosso negócio e melhorar o desempenho ambiental faz parte da cultura e estratégia da HF.

ECONOMIA E FINANÇAS

O resultado líquido (próprio) deste exercício é negativo em 157.756,65 euros, antes da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O resultado líquido, negativo, de 646.968,71 euros, apresentado nas demonstrações financeiras, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, para valorização dos investimentos financeiros/participações de capital, neste caso da participada SG, no montante do seu resultado líquido, negativo, de 489.212,06 euros.

A tributação em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é no montante estimado de 12.574,89 euros. Os impostos diferidos totalizaram 226.479,38 euros. O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado nas demonstrações financeiras, é no valor de 212.904,49 euros.

É de recordar que o resultado líquido, positivo do exercício de 2013, no montante de 2.725 mil euros, não resultou da atividade normal da empresa, mas sim, de medidas de carácter extraordinário, cujos valores resultaram em redução de custos ou aumentos de proveitos no montante aproximado de 3.451 mil euros, como abaixo se descreve:

- Reposição do corte do subsídio de férias, 594 mil euros;
- Alienação da participação na empresa Teleféricos da Madeira por 4.125 mil euros, que gerou uma mais-valia no montante de 4.045 mil euros.

A comparação com o ano anterior das rubricas constantes da Demonstração dos Resultados por Naturezas são as seguintes:

Nos custos e gastos:

- Reduções:

- No custo das mercadorias vendidas e consumidas, 375 mil euros, sendo nas mercadorias, 46 mil euros e nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, 328 mil euros. O custo do consumo do gasóleo contribuiu para esta diferença, pois desceu 432 mil euros, enquanto os restantes bens aumentaram 104 mil euros;
- Nos fornecimentos e serviços externos, em 40 mil euros;
- Nos outros gastos e perdas, em 660 mil euros, praticamente, resultante do pagamento do subsídio de férias processado e pago em 2013;
- Nos juros e gastos semilares suportados, em 180 mil euros;

- Nos gastos de depreciação e amortizações em 105 mil euros, resultante de bens que terminaram a sua vida útil, principalmente nos componentes/órgãos de viaturas:

- Aumentos:

- Nos ganhos/ perdas imputadas a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, em 436 mil euros, justificado pela aplicação do método da equivalência patrimonial, da SG, tendo sido registado prejuízos, no presente exercício, de 489 mil euros e no exercício anterior de 504 mil euros, bem como, pela compensação do valor recebido em 2013 de dividendos pagos pela nossa participação na Teleféricos da Madeira, no montante de 450 mil euros;
- Nos gastos com pessoal, um aumento de 20 mil euros, destacando-se:
 - O pagamento de 862 mil euros de compensações a trabalhadores por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo;
 - Nas remunerações em geral e respectivos encargos, uma redução em 824 mil euros, justificado essencialmente pela saída de trabalhadores e pelas reposições e cortes nas remunerações impostas pelo Governo da República;

Nos rendimentos e ganhos:

- Reduções:

- Nos subsídios à exploração, a diferença entre os 3.133 mil euros, fixado no protocolo e os 3.213 mil euros apresentados nas demonstrações financeiras, deve-se ao facto de ter sido registado ajustamentos relativos ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, e ser reconhecido nesta rubrica, de acordo com a NCRF 20. No exercício de 2013 o subsídio recebido foi de igual montante. Contudo o ajustamento foi no valor de 455 mil euros;
- Nas imparidades de dívidas a receber, 84 mil euros, destaca-se a perda/reversão no imposto IRC - pagamentos especiais por conta;
- Nos trabalhos para a própria empresa, 216 mil euros, referem-se às reparações de órgãos de substituição de viaturas, reparação/recuperação de peças para o armazém e remunerações para os projetos subsidiados por Fundos Comunitários, nomeadamente o projeto Seemore;
- Em outros rendimentos e ganhos, 4.538 mil euros, resulta da diminuição de obras para terceiros, do volume de vendas de gasóleo, do valor do

reconhecimento de subsídios ao investimento e do produto da alienação da participação na Teleféricos da Madeira em 2013;

- Aumentos:

No total das vendas e prestações de serviços, mil euros, um acréscimo de 0,01%. O aumento médio do tarifário situou-se nos 2%. A diferença apresentada, justifica-se pelas diferenças positivas e negativas desta rubrica, sendo:

- Nas vendas, 28 mil euros (7,2%) pelo acréscimo de vendas de bilhetes de bordo, bem como pelo efeito da redução da taxa de Iva de 22% para 5%;
- Nos bilhetes, um aumento de 4 mil euros (0,1%), nos passes, uma redução de 65 mil euros (0,8%) e nos restantes serviços um aumento de 34 mil euros.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	2014	2013	Varição
Activo não corrente	27.814.510,33	30.903.217,40	-9,99%
Activo corrente	6.068.076,12	8.734.367,94	-30,53%
Diferimentos activos	31.035,33	119.920,74	-74,12%
Caixa e depósitos bancários	819.206,02	2.116.224,52	-61,29%
Total do activo	33.882.586,45	39.637.585,34	-14,52%
Capital realizado	17.500.000,00	16.500.000,00	6,06%
Capital próprio	11.979.962,09	11.671.186,70	2,65%
Diferimentos passivos	425.648,45	444.332,69	-4,21%
Passivo	21.902.624,36	27.966.398,64	-21,68%
Vendas e prestações de serviços	13.943.540,88	13.942.461,81	0,01%
Resultados operacionais	239.016,17	4.364.457,80	-94,52%
Resultados antes de impostos	-859.873,20	3.085.497,49	-127,87%
Imposto sobre o rendimento do exercício	212.904,49	-360.911,88	158,99%
Resultado líquido do exercício	-646.968,71	2.724.585,61	-123,75%

INVESTIMENTO

O montante total investido, foi de 1.432 mil euros, destacando-se, 880 mil euros na aquisição de dois terrenos, onde estão implantadas as instalações da HF, 434 mil euros nas reparações em órgãos/componentes de substituição de viaturas e 103 mil euros em activos intangíveis para os projetos subsidiados por Fundos Comunitários.

FINANCIAMENTO

A HF neste exercício cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos juros, com exceção do financiamento no montante de 4.035 mil euros contraído no Banco BES, agora Banco Novo, que em 31 de Dezembro ficou em mora de pagamento.

Esta situação decorreu de alguma demora na tomada de decisão quanto à aceitação das condições propostas para a necessária alteração contratual. No entanto, à data deste relatório a situação já se encontra regularizada, sem que houvesse lugar ao pagamento de juros de mora.

Foi necessário recorrer a 3 novos financiamentos bancários, de curto prazo, no montante de 3.000.000,00 euros, com as seguintes finalidades:

- Para pagamento de compensações a trabalhadores- 1.000.000,00 euros na Caixa Geral de Depósitos, pelo período de seis meses renováveis até 24 meses. Montante utilizado 790.000,00 euros;
- Para apoio à tesouraria- 1.500.000,00 euros no Banco Bic, pelo período de seis meses renováveis. Montante utilizado- 1.320.000,00 euros;
- Para apoio à tesouraria- 500.000,00 euros no Banco Novo, pelo período de nove meses. Não foi utilizado qualquer valor.

Atendendo às condições contratuais do financiamento de curto prazo, contraído junto do banco BIC, a HF amortizou, temporariamente, os créditos em conta corrente caucionada existentes no Banco Santander em 500.000,00 euros e 525.000,00 euros no Montepio Geral.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Em 2015, não serão efetuados investimentos, com exceção de 4 novas viaturas para as Zonas Altas.

O tarifário em 2015 não foi aumentado.

Continuamos a sentir dificuldades em retomar níveis mais elevados de procura, apesar das anunciadas perspectivas de crescimento económico e redução do desemprego, as quais são insuficientes para se conseguir, a curto prazo, melhorar a performance da actividade.

A HF vai desenvolver a sua atividade focalizada no contínuo ajustamento da oferta à procura, o que proporcionará por si só uma diminuição de custos.

Os custos com os combustíveis, gasóleo, são, numa atitude prudente, estimados em baixa ligeira, atendendo à evolução do preço do petróleo no mercado e ao melhor preço obtido nas condições de aquisição.

Dar-se-á continuidade ao pagamento das dívidas em atraso de forma a reduzir a antiguidade de saldos de pagamento a fornecedores de bens e serviços.

A HF deverá receber as Indemnizações Compensatórias do ano 2015, nas mesmas condições do ano que terminou. Contudo, à data deste relatório, ainda não foi assinado o respectivo protocolo.

A privatização do Capital da HF, por parte do GRM, das participações financeiras detidas, diretamente pela RAM e indiretamente pela EEM, encontra-se assumida no PAEF (Plano de Ajustamento Económico e Financeiro) acordado entre o GRM e o Governo da República, pelo que estão a ser desenvolvidas as ações necessárias à sua concretização. É de realçar que existe parcelas de terrenos, pertencente a terceiros, onde está implantado o edifício Sede da HF e o edifício na Camacha, que se encontram num processo de aquisição, por parte da HF e do GRM, não resultando deste, qualquer responsabilidade para a HF.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração é responsável pela elaboração das Contas do exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com a legislação em vigor, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos apropriados.

As Contas e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos e revelam-se isentas de distorções relevantes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a Lei e os Estatutos, cabe ao Conselho de Administração apresentar à Assembleia-Geral uma proposta de aplicação dos resultados da HF.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, negativo, no valor de 646.968,71 euros seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 11 de Março de 2015

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente

João Alcindo de Freitas Vogal

António José Jardim Faria Vogal

Contas do Exercício

BALANÇO

Rubricas	Notas	2014	2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	26.338.899,11	26.874.309,16
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	7		0,27
Participações financeiras _ Método de equivalência patrimonial	8	294.081,36	783.333,27
Participações financeiras - outros métodos	9	14.414,55	14.414,55
Outras contas a receber	15	1.167.115,31	3.231.160,15
		27.814.510,33	30.903.217,40
Activo corrente			
Inventários	12	701.803,34	721.016,01
Clientes	13	492.191,56	536.244,46
Adiantamentos a fornecedores		700,00	
Estado e outros entes públicos	14	282.397,80	162.060,79
Accionistas / sócios		2.150,32	2.150,32
Outras contas a receber	15	3.734.459,22	5.072.945,03
Diferimentos	16	31.035,33	119.920,74
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros	10	4.132,53	3.806,07
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	819.206,02	2.116.224,52
		6.068.076,12	8.734.367,94
Total do activo		33.882.586,45	39.637.585,34
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	17	17.500.000,00	16.500.000,00
Reservas legais	18	256.204,46	119.975,18
Outras reservas	19	139.663,87	139.663,87
Resultados transitados	20	-22.611.719,77	-25.389.258,50
Ajustamentos em activos financeiros	21	-151.531,82	-151.491,97
Excedentes de revalorização	22	16.634.342,65	16.576.595,61
Outras variações no capital próprio	11 e 23	859.971,41	1.151.116,90
Resultado líquido do período		-646.968,71	2.724.585,61
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		11.979.962,09	11.671.186,70
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	24	4.483.083,70	7.369.344,12
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	11 e 23	3.577.966,80	4.159.229,72
Outras contas a pagar			
		8.061.050,50	11.528.573,84
Passivo corrente			
Fornecedores	26	1.568.665,44	2.959.332,51
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos	14	263.048,06	550.442,44
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos	24	10.022.834,59	10.247.680,90
Outras contas a pagar	25	1.561.377,32	2.236.036,26
Diferimentos	16	425.648,45	444.332,69
		13.841.573,86	16.437.824,80
Total do passivo		21.902.624,36	27.966.398,64
Total do capital próprio e do passivo		33.882.586,45	39.637.585,34

O Técnico de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	27	13.943.540,88	13.942.461,81
Subsídios à exploração	28	3.212.726,38	3.590.694,21
Ganhos/Perdas imp. subs., assoc. e emp. conjuntos	29	-489.212,06	-53.638,82
Variação nos inventários da produção	30	16.475,25	-59.004,03
Trabalhos para a própria entidade	31	678.239,64	462.073,50
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	32	-7.014.073,27	-7.388.751,31
Fornecimentos e serviços externos	33	-1.548.207,17	-1.588.462,66
Gastos com pessoal	34	-10.206.473,53	-10.186.531,14
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	-9.252,22	74.286,35
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13,14,15	-13.927,38	116.620,75
Provisões (aumentos/reduções)		-5.000,00	
Imp. de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9		2.629,29
Aumentos/Reduções de justo valor		-2.275,30	2.090,59
Outros rendimentos e ganhos	35	3.670.338,57	8.208.742,83
Outros gastos e perdas	36	-93.246,98	-753.448,17
Resultado antes de dep., gastos de finan. e impostos		2.139.652,81	6.369.763,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	37	-1.900.636,64	-2.005.305,40
Imp. de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de finan. e impostos)		239.016,17	4.364.457,80
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	38	-1.098.889,37	-1.278.960,31
Resultado antes de impostos		-859.873,20	3.085.497,49
Imposto sobre rendimento do período	11	212.904,49	-360.911,88
Resultado líquido do período		-646.968,71	2.724.585,61

O Técnico de Contas

A Administração

FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	2014	2013
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	15.325.036,95	15.662.594,51
Pagamento a fornecedores	-12.392.689,69	-12.715.905,61
Pagamentos ao pessoal	-6.146.484,77	-5.768.384,12
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-3.214.137,51	-2.821.695,22
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-412.662,76	-49.935,11
Outros recebimentos / pagamentos	5.782.557,87	9.032.799,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	2.155.757,60	6.161.169,14
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos fixos tangíveis	-1.814.522,23	-1.238.721,80
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos	-2.601,76	
Recebimentos de		
Activos fixos tangíveis		
Activos fixos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento	197.213,05	2.646,87
Juros e rendimentos similares	2.772,60	5.465,71
Dividendos		450.000,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1.617.138,34	-780.609,22
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamento obtidos	2.779.840,73	11.256.666,60
Realização de capital e o instrumentos de capital próprio	1.000.000,00	
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos	-5.136.306,95	-14.144.754,95
Juros e gastos similares	-479.171,54	-1.164.179,86
Dividendos		
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1.835.637,76	-4.052.268,21
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1.297.018,50	1.328.291,71
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.116.224,52	787.932,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	819.206,02	2.116.224,52

O Técnico de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2013										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. líq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-23.546.399,94	-151.452,12	16.578.233,17	1.460.487,94	-2.136.884,77	8.963.623,33
Alterações no período										0,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	25				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	26							-451.728,13		-451.728,13
Ajustamentos por impostos diferidos	23, 25 e 26				-98.008,74	-39,85	390.397,39	142.357,09		434.705,89
Variações de capital em participadas	24									0,00
Aplicação do resultado líquido do período	23				-2.136.884,77				2.136.884,77	0,00
					-1.842.858,56	-39,85	-1.637,56	-309.371,04	2.136.884,77	-17.022,24
Resultado líquido do período									2.724.585,61	2.724.585,61
Resultado extensivo									4.861.470,38	4.861.470,38
Posição no fim do período 2010		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-25.389.258,50	-151.491,97	16.576.595,61	1.151.116,90	2.724.585,61	11.671.186,70
O Técnico de Contas					A Administração					

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2014										
	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa								Total
		C. Realizado	Res. legais	O. Res.	R. trans.	Ajust. Act. financeiros	Exced. revalorização	O. Var. capital próprio	Res. Líq. período	
Posição no início do período		16.500.000,00	119.975,18	139.663,87	-25.389.258,50	-151.491,97	16.576.595,61	1.151.116,90	2.724.585,61	11.671.186,70
Alterações no período		1.000.000,00								1.000.000,00
Exced. rev. act. fixos tang. e intang. e r. variações	22				392.034,95		-392.034,95			0,00
Reconhecimento de subsídios ao investimento	23							-398.999,22		-398.999,22
Ajustamentos por impostos diferidos	20, 22 e 23				-202.852,55		449.781,99	107.853,73		354.783,17
Variações de capital em participadas	21					-39,85				-39,85
Aplicação do resultado líquido do período	20		136.229,28		2.588.356,33				-2.724.585,61	0,00
		1.000.000,00	136.229,28		2.777.538,73	-39,85	57.747,04	-291.145,49	-2.724.585,61	955.744,10
Resultado líquido do período									-646.968,71	-646.968,71
Resultado extensivo									-3.371.554,32	-3.371.554,32
Posição no fim do período		17.500.000,00	256.204,46	139.663,87	-22.611.719,77	-151.531,82	16.634.342,65	859.971,41	-646.968,71	11.979.962,09
O Técnico de Contas					A Administração					

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1. Identificação da entidade

1.1. Designação da Entidade

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., (HF), sociedade, comercial por acções, de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e actuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. detendo, respectivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.500.000,00 Euros.

1.2. Sede

A sede social da HF é na Fundoa de Baixo – São Roque, código postal 9020-242, concelho do Funchal.

1.3. Natureza da actividade

A actividade principal da Empresa HF, é o transporte terrestre, urbano e suburbano, de passageiros. A HF dedica-se à actividade de serviço público de transportes de passageiros em regime de concessão e em exclusivo na Cidade do Funchal.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da HF, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 11 de Março de 2015, são expressas em Euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2013.

A HF detém controlo sobre a sua subsidiária, Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA (SG). Por este facto a HF prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, sendo que o Grupo é constituído por estas duas Entidades.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceptuando-se contudo as seguintes situações:

- Activos não correntes detidos para venda – os quais são valorizados ao menor entre o seu valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de venda;
- Terrenos e edifícios incorporados nos activos fixos tangíveis – valorizados pelo método de revalorização;
- Participações em subsidiárias – as quais são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de

juízo ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e juízos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes excepções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às actuais condições, o justo valor dos activos fixos tangíveis deverá ser actualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

A última revalorização dos terrenos e edifícios foram efectuadas com referência a 01/01/2010.

Em 2014, foram efectuadas novas avaliações para obtenção dos justos valores, no entanto, não originaram qualquer actualização.

Relativamente ao equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros) adquiridos até ao ano de 1992, o seu custo de aquisição encontra-se acrescido das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos - Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92 de 24 de Novembro.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, Decretos-Lei 49/91, de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7, com excepção de terrenos e edifícios que registou ao seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a HF tem por norma que imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da HF destas viaturas fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional no ramo dos transportes não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo, inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor

apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A HF considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter em conta as características do serviço público prestado, bem como, as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a HF, entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual. Em 2010, tendo a Empresa acesso pela primeira vez a informação adicional, decidiu proceder à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento de transporte	-
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Propriedades de investimento

A Empresa classifica, desde que se verifique, como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para valorização do capital.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 11.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha recta após a dedução do seu valor residual, quando aplicável, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	3 a 50

Os custos subsequentes, com as propriedades de investimentos, só são adicionados, ao custo do activo, se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 48 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir

um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Locações

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Participações financeiras

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em Inventários consumidos e vendidos.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

A Empresa também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata, na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne receptível como compensação por gastos ou perdas já incorridos ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar receptível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, os subsídios do Governo se tornam recebíveis.

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica, são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos, como parte do custo de um activo que se qualifica, inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 11 de Março de 2015 data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 41.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e Julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que, em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Propriedades de investimento

A empresa regista as propriedades de investimento ao justo valor.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Empresa determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Empresa avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Empresa.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Imparidade dos activos não correntes e Goodwill

Os activos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Empresa.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas

poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos.
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos.
- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos.
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontram-se limitados a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais, até o presente exercício, teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, no entanto, de acordo com a NCRF 25, a empresa à data de 31/12/2014, reavaliou os activos por impostos diferidos não reconhecidos e registou-os até o montante registado em passivos por impostos diferidos, que serão revertidos em proveitos no mesmo período.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis

aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização.

Revalorização de activos fixos tangíveis

Em 2010 a Empresa decidiu valorizar os seus terrenos e os seus edifícios pelo método de revalorização. Este método foi determinado tendo como base a avaliação de um perito independente, no caso dos terrenos e edifícios teve como referência os preços observáveis no mercado activo ou em transacções de mercado recente.

O valor da revalorização de 2010 foi novamente validado por avaliações externas efectuadas por um perito externo e independente no final de 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Tendo em consideração os resultados transitados acumulados, negativos, assim como, o resultado negativo do exercício, a HF encontra-se dependente, da capacidade de articulação futura, dos rendimentos com os gastos de exploração, bem como, de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual, terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que se prevê venha a ocorrer em 2015.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 Saldos não disponíveis, para uso

A 31 de Dezembro de 2014 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 Desagregação de valores

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Caixa		
Caixa Principal	20.040,00	20.040,00
Caixa Transf. Fundos	8.118,13	9.080,54
Depósitos à ordem		
Barclays Bank	26.656,32	2.063,64
Montepio Geral	4.458,50	10.755,77
Banco Espírito Santo		319.061,66
Banco BIC	141.674,28	
Banif	1.731,11	1.361,60
Caixa Geral de Depósitos	516.903,12	1.013.806,33
Millennium BCP	98.883,30	5.545,49
Int. Gestão do Crédito Público	280,68	280,68
Santander Totta	460,58	34.228,81
Outros depósitos bancários		700.000,00
	819.206,02	2.116.224,52

Nos outros depósitos bancários, o montante refere-se a três depósitos a prazo, na Caixa Geral de Depósitos, vencidos em Janeiro e Fevereiro de 2014.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No presente exercício a HF não alterou qualquer política contabilística.

6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	8.899.589,88	8.019.476,41
Edifícios e outras construções	17.874.844,60	17.896.997,65
Equipamento básico	27.090.523,92	30.257.880,01
Equipamento de transporte	426.747,43	426.747,43
Equipamento administrativo	1.767.820,93	1.829.860,57
Outros activos fixos tangíveis	2.298.350,16	2.324.121,18
Investimentos em curso	34.833,38	34.833,38
	58.392.710,30	60.789.916,63
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	1.861.796,28	-625.583,66
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-33.915.607,47	-33.290.023,81
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-32.053.811,19	-33.915.607,47
Valor líquido contabilístico	26.338.899,11	26.874.309,16

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revaloriz. imparidades	Abates alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	8.019.476,41	880113,47				8.899.589,88
Edifícios e outras construções	17.896.997,65			(22.153,05)		17.874.844,60
Equipamento básico	30.257.880,01	424.418,02		(3.601.378,49)	9.604,38	27.090.523,92
Equipamento de transporte	426.747,43					426.747,43
Equipamento administrativo	1.829.860,57	9.618,34		(72.794,78)	1.136,80	1.767.820,93
Equipamentos biológicos	-					-
Outros activos fixos tangíveis	2.324.121,18	3.893,21		(18.923,05)		2.309.091,34
Investimentos em curso	34.833,38				(10.741,18)	24.092,20
	60.789.916,63	1.318.043,04		(3.715.249,37)	-	58.392.710,30
Depreciação ac. e imp.						
Terrenos e recursos naturais	(459.681,01)					(459.681,01)
Edifícios e outras construções	(2.398.228,94)	(514.200,92)		22.153,05		(2.890.276,81)
Equipamento básico	(26.539.969,70)	(1.240.176,49)		3.545.460,19		(24.234.686,00)
Equipamento de transporte	(426.747,43)					(426.747,43)
Equipamento administrativo	(1.796.127,70)	(25.960,73)		72.887,89		(1.749.200,54)
Equipamentos biológicos	-					-
Outros activos fixos tangíveis	(2.294.852,69)	(17.196,66)		18.829,95		(2.293.219,40)
	(33.915.607,47)	(1.797.534,80)	-	3.659.331,08	-	(32.053.811,19)
Total	26.874.309,16					26.338.899,11

Nas adições destacam-se:

- Em terrenos e recursos naturais, 880 mil euros, na aquisição de dois terrenos onde está implantado o edifício da sede;
- Em equipamento básico, 434 mil euros, na substituição de órgãos/componentes de viaturas. Estes, são reparados e substituídos nas nossas oficinas (trabalhos para a própria empresa).

Nos abates e alienações:

- Em edifícios e outras construções, 22 mil euros, referente a quiosques que se encontravam danificados e sem recuperação, tendo sido vendidos como sucata;

- Em equipamento básico, 3.601 mil euros, sendo:
 - 2.617 mil euros, do abate de 14 viaturas vendidas como sucata e 1 alienação;
 - 980 mil euros do abate dos órgãos/componentes de viaturas avariados e substituídos por reparados.
- Em equipamentos administrativos e outros activos tangíveis, 92 mil euros, no abate de equipamentos avariados e sem recuperação encontrando-se para venda como sucata.

Os activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresentam-se como segue:

Rubrica	31-12-2014			31-12-2013		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais Edifícios e out. construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros activos fixos tangíveis	5.555.355,99	-4.189.427,42	1.365.928,57	5.634.145,27	-3.756.295,83	1.877.849,44
	5.555.355,99	-4.189.427,42	1.365.928,57	5.634.145,27	-3.756.295,83	1.877.849,44

O total futuro, dos pagamentos mínimos, apresentam-se como segue:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	731.105,11	21.884,67	752.989,78	721.933,62	35.221,54	757.155,16
Entre um e cinco anos	875.308,55	17.521,73	892.830,28	1.603.829,05	46.711,62	1.650.540,67
Mais de cinco anos						
	1.606.413,66	39.406,40	1.645.820,06	2.325.762,67	81.933,16	2.407.695,83

Restrições à titularidade apresentam-se como segue:

Descrição do equipamento	Locador	Condições do contrato				
		Tipo de restrição	Valor	V. residual	Opção de compra	Duração
10 viaturas transp. de passageiros	Barclays	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
10 viaturas transp. de passageiros	Totta	Título de propriedade	1.891.850,00	37.837,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	BES	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos
5 viaturas transp. de passageiros	CGD	Título de propriedade	972.500,00	19.450,00	Sim	8 anos

Activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Descrição do imóvel	Passivo
Prédio rústico - artigo matricial U - 2496	Financiamento bancário 1.250.000,00
Prédio urbano - artigo matricial R - 162 - Secção N	

Fazemos notar que os edifícios acima referidos foram dados como garantia, promessa de hipoteca, sobre a operação de financiamento no montante de 1.250 mil euros, contratada na Caixa Geral de Depósitos, e será accionada se não for liquidado na data de vencimento, 15/01/2023. Esta data foi alterada, antes 15/01/2013, atendendo à reestruturação efectuada naquele financiamento.

Em 2014, foram efectuadas avaliações, por um perito externo, em todos os terrenos e edifícios, propriedade da HF.

O valor global da avaliação atingiu o valor de 23.128.000,00 euros, tendo sido apurada uma diferença positiva de 201.486,00 euros. Atendendo ao valor, a HF não entendeu necessário proceder a qualquer alteração nas demonstrações financeiras.

7. Activos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Activo fixo intangível	103.101,84	172.938,07
	103.101,84	172.938,07
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	-103.101,84	-172.937,80
Amortização acumulada de períodos anteriores		
Perdas por imparidade do período		
Perdas por imparidade de períodos anteriores		
	-103.101,84	-172.937,80
	0,00	0,27

Referem-se à aquisição de bens e serviços, custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica. Reconhece o custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

Os movimentos ocorridos em activos fixos intangíveis durante o ano 2014 são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:						
Estudos e projectos	172.938,07	103.101,84			-172.938,07	103.101,84
	172.938,07	103.101,84	0,00	0,00	-172.938,07	103.101,84
Amortização ac. e imparidade						
Depreciação do período	-172.937,80	-103.101,84			172.937,80	-103.101,84
	-172.937,80	-103.101,84	0,00	0,00	172.937,80	-103.101,84
Total	0,27					0,00

Neste exercício, 103 mil euros relativos a custos imputados a projetos subsidiados por Fundos Comunitários, sendo 87 mil de trabalhos para a própria empresa, referente a remunerações do pessoal afecto aos projetos.

8. Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Tipo	31-12-2014			31-12-2013		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Comp. dos Carros São Gonçalo, SA	100% Capital	5.000.000,00	-4.705.918,64	294.081,36	5.000.000,00	-4.216.666,73	783.333,27
		5.000.000,00	-4.705.918,64	294.081,36	5.000.000,00	-4.216.666,73	783.333,27

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	5.000.000,00					5.000.000,00
	5.000.000,00					5.000.000,00
Imparidade						
Companhia dos Carros de São Gonçalo, SA	-4.216.666,73			-489.212,06	-39,85	-4.705.918,64
	-4.216.666,73			-489.212,06	-39,85	-4.705.918,64
Total	783.333,27					294.081,36

As alterações deste exercício referem-se à aplicação do método de equivalência patrimonial e correspondem ao resultado líquido do exercício, negativo de 2014, da SG e, sem qualquer significado, nas outras alterações, os subsídios ao investimento e respectivos impostos diferidos classificados nos capitais próprios da SG.

9. Participações financeiras - outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2014			31-12-2013		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
OPT, SA		15.000,00	-585,45	14.414,55	15.000,00	-585,45	14.414,55
		15.000,00	-585,45	14.414,55	15.000,00	-585,45	14.414,55

O movimento das participações financeiras, é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
OPT, SA	15.000,00					15.000,00
	15.000,00					15.000,00
Imparidade						
OPT, SA	-585,45					-585,45
	-585,45	0,00	0,00	0,00	0,00	-585,45
Total	14.414,55					14.414,55

Não foi efectuado qualquer ajustamento, atendendo que não eram conhecidas as demonstrações financeiras daquela empresa.

10. Activos financeiros detidos para venda

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
BCP	10.532,23	2.601,76				13.133,99
	10.532,23	2.601,76	0,00	0,00	0,00	13.133,99
Imparidade						
BCP	-6.726,16			-2.275,30		-9.001,46
	-6.726,16	0,00	0,00	-2.275,30	0,00	-9.001,46
Total	3.806,07					4.132,53

Refere-se a 62.900 acções do BCP. Neste exercício foram adquiridas 47.027 acções aquando do aumento de capital daquele banco.

11. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, apresentado, nas demonstrações financeiras, corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos;

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados directamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

São registadas nas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. Como resultado destas operações, regista impostos diferidos activos e passivos que são analisados como segue:

Descrição	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2014	31-12-2013
Créditos fiscais				
Provisões				
Instrumentos financeiros				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Mais-valias reinvestidas				
Investimentos financeiros				
Reavaliações contabilísticas			3.844.778,14	4.348.325,99
Outras diferenças				
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos			-497.345,24	-527.484,27
Subsídios não reembolsáveis			230.533,90	338.388,00
			3.577.966,80	4.159.229,72

Na compensação de activos e passivos por impostos diferidos, 497 mil euros, foram calculados sobre os prejuízos fiscais acumulados à presente data e até ao montante que se estima reverter pelo mesmo período, os impostos diferidos passivos (2.313 mil euros). Encontram-se corrigidos com a actualização da taxa de IRC, 21,5%, a ser aplicada no exercício de 2015.

Impostos diferidos passivos:

- Terrenos, 1.373 mil euros, registados com base no valor das reavaliações contabilísticas (7.389 mil euros) e corrigidos pelos coeficientes fiscais (6.385 mil euros);
- Edifícios, 2.472 mil euros, registados com base no valor líquido das reavaliações contabilísticas (11.497 mil euros);
- Subsídios ao investimento não reembolsáveis, 231 mil euros, referentes a vários projectos subsidiados por fundos europeus.

Encontram-se corrigidos com a actualização da taxa de IRC, 21,5%, taxa a ser aplicada para o exercício de 2015.

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

Descrição	2014	2013
Impostos correntes	13.574,89	356.353,08
Ajustamentos referentes a períodos anteriores		
Origem e reversão de diferenças temporárias	-226.479,38	4.558,80
Alterações na taxa de tributação		
Benefícios provenientes de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes		
Benefícios de uma perda fiscal não reconhecida anteriormente, de crédito por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior que seja usada para reduzir gastos de impostos diferidos		
Redução ou reversão de uma diminuição anterior		
Alterações nas políticas contabilísticas e erros		
	-212.904,49	360.911,88

O imposto corrente, 14 mil euros, corresponde à estimativa do IRC a pagar e resultado das tributações autónomas, sobre gastos incorridos no exercício, essencialmente com viaturas ligeiras de passageiros e mistas.

Em origens e reversões de diferenças temporais, refletem o imposto diferido reconhecido no exercício.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

Data limite de reporte	31-12-2014	31-12-2013
2013		3.283.145,13
2014		7.296.417,10
2015	1.901.171,50	1.901.171,50
2017	1.326.232,17	1.326.232,17
2026	476.703,89	
	3.704.107,56	13.806.965,90

12. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Mercadorias	161.474,43	181.121,54
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	655.930,34	658.901,12
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	82.111,60	63.643,38
Reclassificação e regularização de inventários		5.810,78
Adiantamentos por conta de compras		
	899.516,37	909.476,82
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	-9.252,22	74.286,35
Imparidades de períodos anteriores	-188.460,81	-262.747,16
	-197.713,03	-188.460,81
Valor líquido contabilístico	701.803,34	721.016,01

A variação ocorrida nesta rubrica é analisada da seguinte forma:

- Nos produtos e trabalhos em curso, refere-se a reparações/recuperação de peças de viaturas e de obras para terceiros;
- Nos restantes, nada de relevo a registar.

Para cumprir com os compromissos assumidos na área de Exploração e atendendo à política da HF – “ter sempre a frota disponível para o serviço, com a garantia de máxima segurança, qualidade e apresentação” é necessário que as intervenções na área da manutenção sejam rápidas e com o mínimo de tempo de paralisação das viaturas. Por este motivo e por estarem longe dos grandes centros de fornecimento de peças, o Armazém, para satisfazer as necessidades exigidas pela Oficina, tem a necessidade de colocar artigos em armazém em quantidades superiores ao seu consumo normal.

No Stock encontram-se artigos de substituição, com baixa rotação, mas não obsoletos, de imprevisível data de utilização.

Da análise efectuada aos inventários durante o exercício findo, foi feito um ajustamento em 9 mil euros.

Das existências em armazém, suporte de bilhetes, 12 mil euros encontram-se em poder de terceiros.

O movimento ocorrido nas imparidades de inventários é analisado como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Imparidades de inventários				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	188.460,81	9.252,22		197.713,03
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
	188.460,81	9.252,22	0,00	197.713,03

13. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	496.873,75	541.603,76
Empresa-mãe		
	496.873,75	541.603,76
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	677,11	-677,11
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-5.359,30	-4.682,19
	-4.682,19	-5.359,30
Valor líquido contabilístico	492.191,56	536.244,46

De salientar que 226 mil euros são respeitantes às vendas do nosso agente Payshop/CTT e são liquidados no espaço de 5 dias úteis, no ano anterior 262 mil euros.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	-5.359,30	-677,11		-6.036,41
	-5.359,30	-677,11	0,00	-6.036,41

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	493.727,37	124,40		4.376,20
	493.727,37	124,40	0,00	4.376,20

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Activo		
Imposto sobre o rendimento	191.508,73	
IVA a recuperar	119.629,99	162.060,79
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
Perdas por imparidade do período	-28.740,92	96.455,23
Perdas por imparidade de períodos anteriores		-96.455,23
	282.397,80	162.060,79
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		252.579,14
Retenções de imposto sobre o rendimento	74.701,75	86.129,22
IVA a pagar		
IVA - Liquidações officiosas		
Outros impostos	8.983,21	8.806,89
Contribuições para a Segurança Social	179.363,10	202.927,19
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
	263.048,06	550.442,44

Abaixo descrevemos as alterações significativas registadas no presente exercício:

Foram feitos dois pagamentos por conta no montante de 163 mil euros, da análise efectuada e atendendo que não havia evidência de resultados positivos no exercício, não foi liquidado o terceiro pagamento;

Foram feitos pagamentos especiais por conta no montante de 29 mil euros e face à reduzida expectativa de recuperabilidade, não esperando resultados positivos futuros, foi registada uma perda por imparidade no mesmo montante;

15. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores de investimentos		
Benefícios pós-emprego		
Outros devedores		
Adiantamentos pessoal	39.764,58	37.086,71
Out. operações pessoal	87.346,28	87.800,12
Secretaria Reg. Tur. Transportes (I. Comp.)	3.562.773,02	5.958.430,66
Empresas grupo	1.216.822,93	1.817.313,45
Estado e out. entes públicos	4.389,77	4.886,46
Outros devedores	452.562,08	949.121,57
	5.363.658,66	8.854.638,97
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	88.449,66	476.263,69
Imparidade de períodos anteriores	-550.533,79	-1.026.797,48
	-462.084,13	-550.533,79
Valor líquido contabilístico	4.901.574,53	8.304.105,18

Na Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes, 3.563 mil euros são valores registados em acréscimos de rendimentos e referentes às Indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. Estes valores vão ser facturados e recebidos por duodécimos até ao final de 2016. Por este facto, estão registados ajustamentos, relativos ao desconto da dívida, no montante de 319 mil euros. Neste exercício, foi efectuado o ajustamento do desconto, no montante de 79 mil euros, e foi reconhecido, nas demonstrações financeiras, em subsídios à exploração, de acordo com a NCRF nº. 20;

Em empresas do grupo, refere-se aos fornecimentos efectuados à SG, essencialmente, de fornecimentos de gásóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas, e que vão sendo pagas consoante as suas disponibilidades financeiras;

Nos outros devedores:

- Em 2013 as dívidas mais relevantes, que se encontravam em atraso, foram praticamente liquidadas, neste exercício;
- Nas imparidades, 79 mil euros, refere-se à dívida da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Trnsportes, (indemnizações compensatórias de 2010 e 2011) e o restante valor são reversões de anos anteriores de acordo com os respectivos recebimentos.

16. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	12.193,88	90.824,03
Despesas bancárias	1.677,78	10.578,61
Diversos	17.163,67	18.518,10
	31.035,33	119.920,74
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Títulos de transporte	402.963,65	413.504,49
Outros	22.684,80	30.828,20
	425.648,45	444.332,69

Em gastos a reconhecer, a variação em seguros resulta do valor do seguro de responsabilidade civil de passageiros, não apresentada neste exercício;

Em rendimentos a reconhecer regista o valor dos títulos de transporte a utilizar pelos nossos clientes em Janeiro de 2015, os quais foram vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro de 2014.

17. Capital realizado

O capital social de 17.500.000,00 euros, representado por 3.500.000 acções ordinárias de valor nominal de 5,00 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2014.

ACCIONISTAS	Nº Acções	
	31/12/2014	31/12/2013
Região Autónoma da Madeira	3.325.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	175.000	165.000

Neste exercício houve a necessidade de aumentar o Capital Social, em um milhão de euros, em dinheiro, forma de fazer face aquisição de dois terrenos que faziam parte do espaço onde se encontra implantada a sede da HF, assim, em Assembleia Geral Extraordinária, de 06/08/2014, foi decidido aumentar o Capital Social, passando de 16.500.000,00 euros para 17.500.000,00 euros.

18. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Apresenta um saldo de 256 mil euros.

19. Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2014
Reservas livres	139.663,87
	139.663,87

Correspondem ao valor dos ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, lucros não atribuídos, pela Companhia de Automóveis de Santo António, Ld^a, até ao exercício de 1998, incorporados, por fusão, nos capitais próprios da HF. Estas reservas só serão utilizadas por decisão em Assembleia Geral.

20. Resultados transitados

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

- A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido, negativo, do exercício anterior, deduzido da Reserva Legal, no montante de 2.588 mil euros;
- Das reversões de excedentes de revalorização dos edifícios, 392 mil euros e respectivo imposto diferido, no montante de 92 mil euros;
- Dos impostos diferidos pela reversão dos subsídios ao investimento, 111 mil euros.

21. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	-152.134,35	-152.134,35
Lucros não atribuídos		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	602,53	642,38
	-151.531,82	-151.491,97

A variação refere-se ao reconhecimento de um subsídio ao investimento registado pela nossa subsidiária, SG, nos seus capitais próprios.

22. Excedentes de revalorização

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Reavaliações decorrentes de diplomas legais		
Antes de imposto sobre rendimento	1.592.504,81	1.592.504,81
Impostos diferidos		
Outros excedentes		
Antes de imposto sobre rendimento	18.886.615,98	19.278.650,93
Impostos diferidos	-3.844.778,14	-4.294.560,13
	16.634.342,65	16.576.595,61

A variação desta rubrica deriva do reconhecimento da realização das revalorizações efectuadas no exercício de 2010, nos terrenos e edifícios, em função das depreciações registadas, bem como do reconhecimento dos respectivos impostos diferidos. Neste período foi reconhecido o montante 392 mil euros e em resultado deste, foram reconhecidos impostos diferidos no valor de 92 mil euros.

Os impostos diferidos foram também ajustados pela variação da taxa de IRC a vigorar em 2015, ou seja de 23,5% para 21,5%.

23. Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	841.718,57	1.132.864,06
Doações	18.252,84	18.252,84
Variações de capital em participadas		
Outras		
	859.971,41	1.151.116,90

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de 392 mil euros e dos respectivos impostos diferidos no montante de 108 mil euros.

Os impostos diferidos foram também ajustados pela variação da taxa de IRC a vigorar em 2015, ou seja de 23,5% para 21,5%.

24. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	3.607.775,15	5.765.515,07
Locações financeiras	875.308,55	1.603.829,05
Outros financiadores		
	4.483.083,70	7.369.344,12
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	7.180.888,75	8.390.455,78
Descobertos bancários	2.110.840,73	1.100.000,00
Locações financeiras	731.105,11	721.933,62
Outros financiadores		35.291,50
	10.022.834,59	10.247.680,90

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	9.291.729,48	9.490.455,78
De 1 a 5 anos	3.148.803,98	5.173.203,66
A mais de 5 anos	458.971,17	592.311,41
Locações financeiras		
Até 1 ano	731.105,11	721.933,62
De 1 a 5 anos	875.308,55	1.603.829,05
A mais de 5 anos		
Outros financiadores		
Até 1 ano		35.291,50
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
	14.505.918,29	17.617.025,02

À data de 31 de Dezembro de 2014, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	2016	2017	2018	2019	Seguintes	Total
Instituições créd. e soc. financeiras						
Empréstimos bancários	1.591.304,00	1.297.965,20	126.274,96	133.259,82	458.971,17	3.607.775,15
Locações financeiras	555.287,57	285.925,51	34.095,47			875.308,55
	2.146.591,57	1.583.890,71	160.370,43	133.259,82	458.971,17	4.483.083,70

Obs: Na coluna seguintes, os valores a apagar terminam no ano de 2023.

Dos quadros acima apresentados é de salientar o seguinte:

A HF neste exercício cumpriu com os compromissos financeiros vencidos, pagamento de amortizações de capital e respetivos juros, com exceção do financiamento contraído no Banco BES, agora Banco Novo, que ficou em mora de pagamento no montante de 4.035 mil euros.

As dificuldades impostas e as demoras de decisão por parte das entidades bancárias e governamentais, tanto ao nível de contrair novos empréstimos como de reestruturação, fez com que a HF entrasse em mora de pagamento perante o Novo Banco. À data deste relatório a situação já se encontra regularizada. As condições contratuais mantêm-se, com exceção do plano de pagamento. Não houve lugar a pagamento de juros de mora.

Foi necessário recorrer a 3 novos financiamentos bancários, de curto prazo, no montante de 3.000.000,00 euros, com as seguintes finalidades:

- Para pagamento de compensações a trabalhadores- 1.000.000,00 euros na Caixa Geral de Depósitos, pelo período de seis meses renováveis até 24 meses. Montante utilizado 790.000,00 euros;
- Para apoio à tesouraria- 1.500.000,00 euros no Banco Bic, pelo período de seis meses renováveis. Montante utilizado- 1.320.000,00 euros;

- Para apoio à tesouraria- 500.000,00 euros no Banco Novo, pelo período de nove meses. Não foi utilizado.

Atendendo às condições contratuais do financiamento de curto prazo, contraído junto do banco BIC, a HF amortizou, temporariamente, os créditos em conta corrente caucionada existentes no Banco Santander em 500.000,00 euros e 525.000,00 euros no Montepio Geral.

25. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Corrente		
Fornecedores de investimentos	30.361,40	19.532,58
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	1.323.895,67	1.437.794,28
Outros credores por acréscimos de gastos	76.882,64	170.566,37
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	120.937,61	598.931,75
Pessoal	9.300,00	9.211,28
	1.561.377,32	2.236.036,26

Abaixo descrevemos algumas variações significativas apresentadas nesta rubrica:

A rubrica de outros credores por acréscimos de gastos registava os abonos diversos a pagar ao pessoal, tais como horas extras, subsídio agente único e os juros de financiamentos

Nos outros credores encontra-se registado o valor a pagar à nossa subsidiária, SG, no montante de 64 mil euros e refere-se à venda de títulos de transporte por parte da HF,

A diferença, em relação ao ano anterior, é motivada pelo pagamento à SG e à nossa parceira Carristur.

26. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Fornecedores c/corrente		
Gerais	1.566.699,00	2.966.447,52
Facturas em recepção e conferência	1.966,44	-7.115,01
	1.568.665,44	2.959.332,51

A variação existente deve-se à regularização de dívidas em atraso e estarmos a repor a antiguidade de saldos entre os 90 e 120 dias. O saldo contém dívidas com planos de pagamento acordados entre as partes.

27. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados são analisados como segue:

Descrição	2014	2013
Vendas		
Suportes de títulos	419.586,90	391.482,57
Serviços prestados		
Títulos de transporte	13.523.953,98	13.550.979,24
	13.943.540,88	13.942.461,81

Abaixo apresentamos uma breve análise a esta rubrica:

No total das vendas e prestações de serviços, mil euros, um acréscimo de 0,01%. O aumento médio do tarifário situou-se nos 2%. A diferença apresentada, justifica-se pelas diferenças positivas e negativas desta rubrica, sendo:

- Nas vendas, 28 mil euros (7,2%) pelo acréscimo de vendas de bilhetes de bordo, bem como pelo efeito da redução da taxa de Iva de 22% para 5%;
- Nos bilhetes, um aumento de 4 mil euros (0,1%), nos passes, uma redução de 65 mil euros (0,8%) e nos restantes serviços um aumento de 34 mil euros.

Quanto a quantidade de títulos vendidos, receita do ano:

- Bilhetes -3,6%;
- Passes -3,4%;
- Outros títulos -5,8%.

Embora acima demonstre uma descida em todos os conjuntos de títulos, verificamos que resulta da variação entre o aumento e a redução de alguns títulos, sendo os mais significativos como segue:

- Uma descida nos bilhetes pré-comprados, nos passes Social I, Criança, Estudante e Reformado/Pensionista;
- Uma subida nos bilhetes de bordo, passe Social II e nos bilhetes, multiviagem, de 1, 3, 5 e 7 dias.
- Uma descida no passe de 15 dias e 12 meses e um aumento no de 30 dias.

28. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2014	2013
Subsídio à exploração-Indemnização compensatória	3.212.096,38	3.588.204,21
Subsídio à exploração-outros	630,00	2.490,00
	3.212.726,38	3.590.694,21

No subsídio à exploração, a diferença entre os 3.133 mil euros, fixado no protocolo assinado em 2014, e os 3.212 mil euros apresentados nas demonstrações financeiras, deve-se ao facto de ter sido registado um ajustamento relativo ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes no montante de 79 mil euros e é reconhecido nesta rubrica, de acordo com a NCRF nº. 20.

No exercício de 2013, o subsídio foi de igual valor mas com um ajustamento de 455 mil euros.

29. Ganhos/perdas imputadas Subs., Assoc. e Emp. Conjuntos

Os Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos analisam-se conforme segue:

Descrição	2014	2013
Perdas		
Cobertura de prejuízos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-489.212,06	-503.638,82
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial		
Alienações		
Dividendos		450.000,00
	-489.212,06	-53.638,82

A variação deve-se aos resultados líquidos apresentados pela SG, sendo que no ano anterior foram negativos em 504 mil euros e neste em 489 mil euros.

Em dividendos encontram-se considerados os valores atribuídos pela nossa participação na empresa Teleféricos da Madeira. A participação foi alienada no exercício de 2013.

30. Variação nos inventários da produção

A rubrica de Variação nos inventários da produção é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	-57.832,60	-122.647,41
Activos biológicos		
Regularizações		
Inventários	-7.803,75	5.810,78
Activos biológicos		
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso	82.111,60	57.832,60
Activos biológicos		
	16.475,25	-59.004,03

Esta rubrica regista a variação do fabrico e reparação/recuperação de peças para o armazém, bem como das reparações em viaturas de terceiros, efectuadas na oficina.

31. Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de Trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Activos fixos tangíveis	425.534,49	235.697,13
Activos intangíveis	87.100,04	84.167,45
Propriedades de investimento		
Activos por gastos diferidos		
Inventários	165.605,11	142.208,92
	678.239,64	462.073,50

Nos activos fixos tangíveis o montante resulta das reparações em órgãos de substituição das viaturas;

Nos activos intangíveis, são as remunerações imputadas a projectos subsidiados por fundos comunitários;

Nos inventários, referem-se às reparações/recuperações de peças para armazém.

32. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2014	2013
Mercadorias	211.393,54	257.590,48
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.802.679,73	7.131.160,83
	7.014.073,27	7.388.751,31

A variação apresentada no custo das mercadorias vendidas e consumidas é de menos 375 mil euros e é justificada da seguinte forma:

Nas mercadorias, menos 46 mil euros, embora houvesse um aumento na quantidade de suportes vendidos, a diferença resulta da redução do preço unitário de compra das aquisições deste exercício;

Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, menos em 328 mil euros que no ano anterior. Foi o custo do consumo de gasóleo que contribuiu para esta diferença, menos 432 mil euros. O custo dos consumos dos restantes bens, aumentaram 104 mil euros, destes, os mais significativos foram os pneus e acessórios para transmissão e respectivos órgãos.

O custo médio de consumo foi de 0,99 euros por litro e no ano anterior de 1,04 euros.

A quantidade de gasóleo consumida pelas viaturas afetas ao serviço de transporte público foi de 3.790 mil litros, menos 164 mil litros que no ano anterior, justificando-se principalmente pela redução de 249 mil quilómetros percorridos.

O custo com o consumo de 3.790 mil litros de gasóleo, foi de 3.750 mil euros, menos 360 mil euros que o ano anterior. Foram percorridos 5.777 mil km em exploração e transportou-se 17.679 mil passageiros, o custo do gasóleo representou 0,65 euros por quilómetro produzido e 0,21 euros por passageiro transportado. No ano anterior foi de 0,68 e 0,23 euros respectivamente.

O consumo de gasóleo cedido a terceiros, SG e Carristur, foi no montante de 1.106 mil euros, menos 162 mil euros que no ano anterior. Em quantidades foi de 1.118 mil litros, menos 12 mil litros que no ano anterior.

33. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Subcontratos	5.839,19	
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	143.906,25	172.495,01
Publicidade e propaganda	18.316,08	25.549,12
Vigilância e segurança	122.408,88	120.308,88
Honorários	19.024,00	20.426,50
Comissões	165.912,53	165.350,91
Conservação e reparação	308.874,33	296.089,04
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.489,59	3.886,45
Livros e documentação técnica	542,89	565,42
Material de escritório	3.146,46	2.196,79
Artigos para oferta		
Outros	23.348,66	8.639,98
Energia e fluidos:		
Electricidade	84.240,22	99.495,95
Combustíveis	1.783,69	2.582,31
Água	11.968,87	12.471,99
Outros fluidos	4.509,58	5.895,20
Outros		
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	3.436,38	2.856,52
Transportes de pessoal		
Transportes de mercadorias	11.435,97	12.233,18
Outros serviços diversos		
Rendas e alugueres	7.625,40	5.935,54
Comunicação	80.286,10	82.965,44
Seguros	308.638,44	325.368,09
Royalties		
Contencioso e notariado	2.189,67	405,26
Despesas de representação	823,06	842,82
Limpeza, higiene e conforto	122.303,67	127.983,94
Outros serviços	93.157,26	93.918,32
	1.548.207,17	1.588.462,66

No total desta rubrica a redução foi de 40 mil euros.

Em relação às variações, nada a registar, revelando-se relativamente estáveis com excepção dos trabalhos especializados.

34. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	212.074,60	196.919,20
Remunerações do pessoal	7.362.300,78	8.032.025,36
Benefícios pós-emprego		
Indemnizações	861.988,07	
Encargos sobre remunerações	1.659.222,46	1.805.100,89
Seguros de acidentes de trab. e doenças profissionais	108.755,78	115.861,88
Gastos de acção social	793,52	656,25
Outros gastos com o pessoal	1.338,32	35.967,56
	10.206.473,53	10.186.531,14

Nos gastos com pessoal, um aumento em cerca de 20 mil euros, pelos seguintes motivos:

- O pagamento de 862 mil euros de compensações a trabalhadores por cessação de contratos de trabalho por mútuo acordo;
- Nas remunerações em geral e respectivos encargos, uma redução em 824 mil euros, justificado essencialmente pela saída de trabalhadores e pelas reposições e cortes nas remunerações impostas pelo Governo da República;
- Nos restantes gastos desta rubrica nada de significativo a relevar.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	2014	2013
Órgãos sociais	3	3
Directores/Chefias superiores	12	13
Quadros superiores		
Quadros médios	3	11
Chefias intermédias		
Profissionais altamente qualificados	24	25
Profissionais semi-qualificados	402	426
Contratados a prazo		6
	444	484

35. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Desempenho de cargos sociais noutras empresas	35.433,12	57.483,12
Obras para terceiros	1.273.062,03	1.612.972,06
Sucatas / desperdícios	5.718,72	7.432,31
Cedências para terceiros existências	1.185.468,09	1.254.795,94
Despesas debitadas a terceiros	173.235,03	105.561,57
Cedência espaço parques, publicidade e imóveis	282.260,09	264.520,73
Desp. embates e imob. de viaturas	9.098,91	14.595,63
Outros rendimentos suplementares	34,42	21,52
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.868,27	21.653,41
Ganhos em inventários	9.502,19	55.829,77
Investimentos rest. activos financeiros		4.045.105,55
Investimentos não financeiros	18.038,42	4.280,00
Subsídios ao investimento	474.291,52	639.346,90
Juros obtidos	2.022,60	3.458,54
Outros	196.305,16	121.685,78
	3.670.338,57	8.208.742,83

A variação ocorrida nesta categoria de rendimentos foi de menos 4.538 mil euros. Abaixo descrevemos as variações mais significativas:

- Em desempenho de cargos sociais noutras empresa, pelo não recebimento por parte da Teleféricos da Madeira, pelo facto de ter sido alienada;
- Em obras para terceiros, uma redução de 340 mil euros, relacionadas com obras em viaturas da SG eda nossa parceira Carristur;
- Em cedências para terceiros de existências, uma redução de 70 mil euros, sobretudo, referente ao gasóleo debitado à SG e à nossa parceira Carristur;
- Em outras despesas debitadas a terceiros, foi um amento de 67 mil euros, justificada essencialmente pelo não registo dos resultados da nossa parceira Carristur, no exercício anterior em 68 mil euros e registado neste exercício 90 mil euros;
- Em descontos financeiros, uma redução de 16 mil euros, resultantes da negociação dos pagamentos de dívidas, em atraso, a fornecedores de anos anteriores;
- Em investimentos, restantes activos financeiros, resulta essencialmente do produto da alienação da participação na Teleféricos da Madeira em 4.045 mil euros efectuada no ano de 2013;
- Em investimentos não financeiros, refere-se à alienação de 1 viatura e de 14 vendidas como sucata;
- Em subsídios ao investimento, uma redução em 165 mil euros, referentes ao reconhecimento de subsídios, relacionados com os projetos financiados por fundos europeus e principalmente com os projectos Civitas e Hibrimac. No entanto releva-se o aumento no projecto Seemore;

- Outros rendimentos e ganhos, referem-se ao registo, em 2013, da recuperação de Juros de mora em 90 mil euros, registados em anos anteriores e perdoados pelos fornecedores aquando da negociação de pagamentos em atraso, compensado com o registo, neste exercício, dos resultados de 2013 da parceria com a Carristur, em 68 mil euros, bem como, da anulação dos custos de manutenção, de software, não debitados pela fornecedora Link no valor de 34 mil euros.
- Nas outras variações desta rubrica não existem diferenças relevantes.

36. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Impostos	13.428,69	14.207,05
Perdas em inventários	3.574,29	41.244,46
Investimentos não financeiros	49.971,51	43.322,83
Donativos	29,54	338,40
Quotizações	3.491,28	3.491,28
Ofertas e amostras de inventários	415,28	1.331,96
Juros de desconto de títulos		
Juros de mora e compensatórios	1.970,18	14.084,32
Outros juros		
Outros não especificados	20.366,21	635.396,74
Desc. p. pag. concedidos		31,13
	93.246,98	753.448,17

Nos outros gastos e perdas, outros não especificados, releva-se a contabilização, em 2013, a reposição do corte do subsídio de férias e respectivos encargos no valor de 594 mil euros;

37. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	1.797.534,80	1.832.367,60
Activos intangíveis	103.101,84	172.937,80
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	1.900.636,64	2.005.305,40

A variação nos gastos de depreciação de activos fixos tangíveis, em 35 mil euros, é resultante dos bens que terminaram a sua vida útil, principalmente órgãos de substituição de viaturas;

Nos activos intangíveis os valores referem-se a custos de projectos financiados por Fundos Comunitários e que a HF optou por registar nesta rubrica e reconhecer o seu custo, num só exercício, através gastos de depreciação e de amortização.

38. Juros e gastos similares suportados

Descrição	2014	2013
Juros suportados	909.196,03	1.017.374,84
Outros gastos e perdas	189.693,34	261.585,47
	1.098.889,37	1.278.960,31

As variações acima apresentadas, justificam-se da seguinte forma:

Nos juros e gastos similares suportados, em 108 mil euros, motivado praticamente pela amortização de capital, dos financiamentos, atendendo que as taxas de juro revelaram-se constantes, mas sempre com tendência a descer;

Nos outros gastos e perdas, em 72 mil euros, deveu-se à reestruturação dos empréstimos, junto da Caixa Geral de Depósitos, em 2013, que teve como consequência a cobrança de serviços bancários e aumento das comissões contratuais, justificando-se assim os valores apresentados em relação ao presente exercício.

39. Garantias

As garantias prestadas a favor de terceiros são analisadas conforme segue:

Descrição	2014	2013
Repsol Portuguesa, S.A.	175.000,00	175.000,00
Spinerg Soluções Energia, S.A.	28.000,00	28.500,00
	203.000,00	203.500,00

A variação em relação ao exercício anterior, deve-se ao facto de ter sido reduzida a garantia prestada à Spinerg aquando de renovação do contrato.

Para além do acima referido, em 31 de Dezembro de 2014, existem ainda garantias, sob a forma de livranças, a favor de diversas instituições bancárias, para garantir financiamentos obtidos, no montante 13.446.923,14 e em igual dia do ano anterior, 16.456.010,77 euros.

40. Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2014, a estrutura accionista da Empresa, é a seguinte:

	31-12-2014	31-12-2013
Região Autónoma da Madeira	3.325.000	3.135.000
Empresa de Electricidade da Madeira, SA	175.000	165.000
	3.500.000	3.300.000

A variação da estrutura acionista justifica-se pelo aumento do Capital Social, em um milhão de euros, em dinheiro, decidido em Assembleia Geral Extraordinária, de 06/08/2014, passando o Capital Social de 16.500.000,00 euros para 17.500.000,00 euros. Para sua representação foram emitidas 200.000 novas acções de 5,00 euros cada, distribuídas na proporção do Capital, cabendo 190.000 à Região Autónoma da Madeira e 10.000 à Empresa de Electricidade da Madeira.

As transacções entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2014	2013
Vendas e prestações de serviços		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	2.508.278,66	2.866.329,06
Gastos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-11.235,16	-44.244,56
	2.497.043,50	2.822.084,50

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	2014	2013
Activos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	1.216.822,93	1.818.943,19
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Passivos		
Empresa-mãe		
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias	-63.654,40	-319.882,67
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	1.153.168,53	1.499.060,52

41. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

Anexo ao relatório do conselho de administração

(a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais)

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º, n.º 1 do C.S.C.)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2013	EM 31/12/2014
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º ACÇÕES	
	EM 31/12/2013	EM 31/12/2014
Região Autónoma da Madeira	3.135.000	3.325.000
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	165.000	175.000

Informação a que se refere o n.º 4 do Artigo 448.º do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2014 a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º ACÇÕES	%
Região Autónoma da Madeira	3.325.000	95,00%
Empresa de Electricidade da Madeira, S. A.	175.000	5,00%

A variação da estrutura acionista justifica-se pelo aumento do Capital Social, em um milhão de euros, em dinheiro, decidido em Assembleia Geral Extraordinária, de 06/08/2014, passando o Capital Social de 16.500.000,00 euros para 17.500.000,00 euros. Para sua representação foram emitidas 200.000 novas acções de 5,00 euros cada, distribuídas na proporção do Capital, cabendo 190.000 à Região Autónoma da Madeira e 10.000 à Empresa de Electricidade da Madeira.

O Técnico de Contas

A Administração



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 33.882.586 euros e um total de capital próprio de 11.979.962 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 646.969 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o capital próprio da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. se apresentar positivo em virtude das revalorizações efectuadas aos imóveis de sua propriedade no período de 2010, conforme referido nas notas 3.2, 3.3 e 6 do Anexo. Estas revalorizações foram novamente validadas por avaliações externas efectuadas por um perito externo em 2014, não tendo havido necessidade de ajuste do valor registado contabilisticamente. Tendo em consideração os resultados transitados acumulados negativos assim como o resultado negativo do exercício, a Empresa encontra-se dependente da capacidade de articulação futura dos rendimentos com os gastos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial a qual terá que ser enquadrada no Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que esta, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que se prevê venha a ocorrer em 2015.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

27 de Março de 2015



KPMG & Associados -

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Península
Praça do Bom Sucesso, 127/131
7º Andar – Sala 701
4150-146 Porto
Portugal

Telefone: +351 22 010 23 00
Fax: +351 22 010 23 12
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A. apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, sem reservas e com uma ênfase decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

27 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
João Albino Cordeiro Augusto (ROC n.º 632)